COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.393, DE 2005

Acrescenta o art. 40-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, tipificando como crime eleitoral a veiculação, em propaganda eleitoral, de escuta telefônica clandestina.

Autor: Deputado SANDES JÚNIOR

Relator: Deputado MARCELO ITAGIBA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado SANDES JÚNIOR, tem como objetivo acrescentar dispositivo à Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Lei das Eleições -, tipificando como crime eleitoral a conduta consistente em veicular escuta telefônica clandestina, no rádio, na televisão ou na imprensa escrita, para fins de propaganda eleitoral, atribuindo-lhe a pena de detenção de seis meses a um ano, acrescido de multa no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sujeitando-se o infrator, se candidato, à cassação do registro.

Conforme o autor, em sua justificção, o objetivo da proposição é assegurar a lisura das campanhas eleitorais, resguardando-as de expedientes ilícitos.

O autor vislumbra, ainda, a diminuição da ocorrência do fato de que cuida a proposição, tendo em vista a pena de detenção e a pesada multa a ser imposta, caso seja aprovada a criminalização sugerida.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, apreciar a proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, e ainda, quanto ao seu mérito, por se tratar de matéria relativa ao direito eleitoral, de acordo com a alínea e do mesmo dispositivo.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria em apreciação é de competência legislativa privativa da União (art. 22, I – CF/88), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República.

Vê-se, no entanto, que a iniciativa do Parlamentar, a despeito de ter evidente pretensão moralizadora, contraria, conforme passamos a demonstrar, vários dispositivos constitucionais.

É que, quando o projeto diz que se o autor da conduta de veiculação de escuta clandestina no rádio, na televisão ou na imprensa escrita para fins de propaganda eleitoral for candidato, terá como pena, a cassação do seu registro.

Ora, a cassação do registro, enquanto pena, só tem sentido se for aplicada na eleição em que se der a conduta, extraindo-se disso que a aplicação dela só seria factível sem o devido processo legal que envolve a ampla defesa e o contraditório, tendo em vista que o período de campanha eleitoral é extremamente curto em face do tempo necessário ao desenvolvimento de todas as etapas do processo penal.

Além disso, a contrario senso de dizer-se “**se for candidato**”, leva a uma interpretação de que, o simples fato de um candidato beneficiar-se de uma veiculação como essa, tenha-o como culpado, independentemente de sua culpabilidade efetiva ou dolo.

Ademais, a mesma expressão acima referenciada indica que, além do candidato, outras pessoas físicas estão passíveis de pena privativa de liberdade, já que, afora a possibilidade da penalização de pessoas

fictas na seara ambiental, não é possível a responsabilização criminal de pessoas jurídicas no Brasil.

E dado que a veiculação é objetivamente levada a efeito pelos veículos de comunicação indicados na norma projetada, teríamos com isso, a criminalização da liberdade de expressão dos profissionais de imprensa, o que ofende flagrantemente o inciso XIV do art. 5º da Constituição Federal.

No que tange à multa no valor de R\$ 100.000,00 até R\$ 300.000,00, também prevista no artigo projetado, art. 40-A da Lei nº 9.504, de 1997, tendo em vista as dúvidas já suscitadas quanto aos destinatários da norma, fica a pergunta de quem seria o responsável pelo seu pagamento, se o próprio candidato ou o seu partido; o profissional de imprensa ou a empresa em que trabalha, colocando a juridicidade do projeto também em dúvida.

Registra-se que a Lei nº 9.296, em seu art. 10, já criminaliza a interceptação clandestina de comunicações telefônicas com pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa,, e, ainda, que presidi a Comissão parlamentar de Inquérito das Escutas Telefônicas Clandestinas e/ou Ilegais que tratou exaustivamente do tema, tendo havido como resultado disso, a apresentação de dois Projetos de Lei que serão apreciados por esta Comissão, em que se criminalizou, inclusive, outras tantas condutas correlatas, sem ferir mandamentos constitucionais, como no caso presente.

Assim sendo, apesar da boa intenção do Parlamentar, manifesto-me pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.393, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MARCELO ITAGIBA
Relator